A VÍTIMA DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NO ÂMBITO PENAL: AMPARO JUDICIAL FRONTE A AUSÊNCIA DE TIPO PENAL INCRIMINADOR

Alyne Farias de Oliveira¹
Leticia Andrade Paulino¹

RESUMO: Pornografia de vingança é uma conduta recente e intimamente ligada ao desenvolvimento da internet. O ofensor, geralmente um ex-parceiro pretendendo vingar o fim do relacionamento, divulga imagens de conteúdo sexual da vítima na internet sem o consentimento desta. Com isto, tenta expor e humilhar a vítima de tal forma que torna extremamente difícil para esta conseguir uma solução que repare todos os danos causados. Destarte, o presente trabalho visa tratar da pornografia de vingança, explanando o tema e seu tratamento legal; identificando a vítima e tratando as possibilidades legais desta buscar amparo judicial devido à ausência de tipo penal exclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Pornografia de vingança. Vítima. Tipo penal.

ABSTRACT: Revenge porn is a new conduct and deeply connected to the developing of internet. The offender, in generally an ex-partner intending to avenge the end of the relationship, publicize sexual images of the victim in the internet without her approve. Thereby, tries to expose and humiliate the victim in such a way that makes it extremely difficult for her to get a solution to repair all the damage. Thus, this study aims to address the revenge porn, explaining the issue and its legal treatment; identifying the victim and treating the legal possibilities to seek judicial protection due to the absence of exclusive criminal type.

KEYWORDS: Revenge porn. Victim. Criminal type.

INTRODUÇÃO

A pornografia não consensual e sua espécie, a pornografia de vingança, também chamada *revenge porn*, estão se solidificando em todo o mundo como uma nova conduta criminosa, trazendo enormes problemas judiciais referentes ao tratamento da conduta e ao âmbito de proteção da vítima.

Esta última questão se pauta no alcance do objetivo do criminoso; a exposição da vítima, especialmente em ambiente virtual, é uma situação quase impossível de ser revertida.

¹ Estudante de Direito da Universidade Federal de Alagoas.

Email: alynerbd@hotmail.com

¹ Estudante de Direito da Universidade Federal de Alagoas.

Email: leticiaandradepaulino@hotmail.com

Esse problema coaduna-se no Brasil com a ausência de tipo penal específico, dificultando análises judiciais seguras e medidas específicas para proteção da imagem do ofendido.

Destarte, com referências em notícias jornalísticas, bem como em material acadêmico, ainda parcamente produzido, através de um método de estudo bibliográfico buscase em um primeiro momento definir os contornos da pornografia de vingança, assim como entender quem é a vítima desse crime. Em seguida, o tratamento processual jurisprudencialmente dado a conduta bem como o âmbito de proteção proporcionado a vítima serão analisados.

1 CONTEMPORANEIDADE E O CRIME

A atual fase da modernidade é bastante peculiar e alvo de grandes estudos embasados na chamada globalização e na era da tecnologia. A intitulada ‘modernidade líquida’ de Bauman ou a ‘segunda modernidade’ de Ulrich Beck traz diversas singularidades e uma gama de novas situações as quais a sociedade constantemente está se adaptando. Tal traço deve-se ao que Bauman² chama de ‘fluidez’ da modernidade, flexível e expansível nessa ‘era da instantaneidade’ e da diluição dos laços sociais. Uma notável característica desse mundo é a constante mudança cultural, destarte, a redefinição da esfera pública se enquadra nessa situação com a alteração do antes conhecido como privado e público para os moldes culturais atuais.

Nesse quadro, o advento da internet ocupa papel importantíssimo, especialmente com as recentes redes sociais que difundem conteúdo dos mais diversos, trazendo novos conceitos de público e privado. A exposição de caráter instantâneo que tais mídias promovem ocupa um *locus* fronteiro, ora comportando uma carga valorativa positiva para a sociedade, ora comportando grande perigo em alegações falsas, ou mesmo verdadeiras, de cunho pessoais, causando problemas de foro íntimo que se revelam em grandes situações de interesse público; inclusive em busca de uma regulamentação dessas novas colocações sociais, até mesmo o surgimento de novos crimes, foi promulgado o Marco Civil da internet, Lei nº 12.737/2012.

² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. 258p

Entre essa nova gama de situações, e ainda sem tipificação penal específica, encontra-se a pornografia de vingança considerada como a divulgação de mídias de conteúdo sexual sem autorização da vítima com o objetivo de expô-la. Essa conduta vitimiza preponderantemente mulheres, tanto que a maioria dos movimentos, ONGs e mídias que trabalham pela tipificação da conduta e em prol da vítima se revestem de caráter feminista. Afinal, apesar da chamada ‘evolução’ social vivida e das constantes alterações na comunidade, ainda se nota um forte traço de inferioridade feminina³, constatado em situações debatidas e de conhecimento geral como a média inferior de salários para as mulheres, menor participação em posições executivas de grandes indústrias e em situações não tão debatidas, como a pornografia de vingança, na qual muitas vezes imputa-se à vítima parcela ou mesmo toda a culpa por ter se exposto ao crime. Ignora-se a culpa do algoz e culpabiliza a mulher por agir de acordo com sua liberdade sexual, supostamente, recém-conquistada. A situação é tão drástica que os compartilhamentos do conteúdo chegam a ser justificados pela culpa da vítima, já que essa ‘se deixou gravar’. Resta-nos agora entender melhor o tema da pornografia de vingança para buscarmos entender a vítima e o processo.

2 PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

Internet e divulgação de conteúdos pornográficos são dois tópicos comumente associados, afinal, diversas estatísticas comprovam que a rede ampliou sobremaneira o acesso a esse material; por exemplo, a empresa britânica Optenet divulgou uma pesquisa concluindo que mais de um terço da internet é composta por material pornô⁴. Esse conteúdo pode ser profissional, ou seja, gravado com atores contratados, ou amador, com vídeos caseiros. Sem adentrar na problemática levantada por algumas vertentes do feminismo contemporâneo acerca da proibição da pornografia, atentemos a problemática dos vídeos e fotos amadoras que circulam sem o consentimento de alguns ou todos os partícipes, chamada pornografia não-consensual, gênero no qual se enquadra a pornografia de vingança.

³ LAZARI, Joana Sueli de. **Inferioridade Feminina: o (des)enredo da violência**. Revista de Ciências Humanas, vol. 7

⁴ Parental Control Advice. **Porn makes up 37 of the internet..** Disponível em: <<http://www.optenetpc.com/blog/parental-control-software/porn-makes-up-37-of-the-internet/>> Acesso em 04 de abril de 2016.

A pornografia de vingança, espécie da pornografia não-consensual, possui como característica elementar o objetivo do algoz de expor a vítima de forma humilhá-la e depreciá-la socialmente, agindo no sentido de divulgar, sem autorização do ofendido, imagens de conteúdo sexual. Essa divulgação, via de regra, ocorre no mundo cibernético, em sites pornô e redes sociais. Assim, a informação rapidamente percorre todo o mundo e o conteúdo se multiplica tornando quase impossível impedir sua circulação.

A expressão ‘vingança’ se justifica pela grande maioria dos casos perpassarem por uma produção de conteúdo de forma consensual em um âmbito de relação pessoal, com o intuito de vingança contra o ofendido. Em geral, a vítima é do sexo feminino e o criminoso é motivado pelo fim do relacionamento.

A conduta criminosa, ressalta-se, não se extingue na liberação do vídeo ou imagem; ela continua ocorrendo pelos autores de compartilhamentos; prolongando, destarte, o sofrimento e exposição da vítima.⁵ Assim como é quase impossível remover todo o conteúdo da rede de computadores é, também, identificar aqueles responsáveis por continuar a disseminação.

Outro ponto a ser levantado acerca dos contornos da pornografia de vingança é a questão de o crime ser quase que legitimado pela sociedade. Como melhor será visto ao tratar-se da vítima, a mulher, principal ofendida, apesar de suas conquistas no decorrer dos últimos séculos ainda possui um papel social de repressão a sua sexualidade. Destarte, ao ser gravada em situações íntimas tende a sofrer um enorme constrangimento social; dessa forma, há uma enorme culpabilização da vítima, um esquecimento de que houve o cometimento de um crime e inúmeros compartilhamentos no intuito de expor uma mulher tida como ‘errada’ ao linchamento social. A sociedade, assim, age de forma a podar a mulher da sua liberdade sexual e legitimar a atitude do criminoso; um enorme contraponto com as conquistas femininas em relação ao seu espaço na sociedade.

⁵ VARELLA, GABRIELA. “O que difere a pornografia de vingança dos outros crimes é a continuidade”. [Editorial]. Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/o-que-difere-pornografia-de-vinganca-dos-outros-crimes-e-continuidade.html>>. Acesso em: 20 de abr de 2016.

Por tudo já dito pode-se entender o porquê de a conduta está tomando proporções gigantescas no mundo, enquanto que este ainda está engatinhando nas formas de combatê-la. No Brasil sequer está tipificada, entretanto alguns casos midiáticos de divulgação de imagens atraem a cada dia atenção para o perigo de vazamento cibernético de conteúdos íntimos. No Brasil, um caso emblemático de pornografia não consensual foi o da atriz Carolina Dickmann; fotos íntimas da atriz foram divulgadas após essa não ceder a extorsão; o caso repercutiu de forma a ser aprovada a ‘Lei nº 12.965/2014, conhecida como ‘Lei Carolina Dickmann’’, disciplinando o uso da internet e trazendo incisos referentes a intimidade e privacidade no âmbito cibernético.

Todavia, a ausência de medidas contra esses atos ainda é uma realidade; o art. 7º da lei nº 12.737/2012, o Marco Civil da Internet declara em seu inciso I a “inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” mas, falta um tratamento mais específico e os casos como o da atriz e os de pornografia de vingança restam sem proteção efetiva, sendo no mais das vezes tratados como crimes contra a honra, impedindo uma proteção eficaz a vítima e punição adequada ao ofensor. Esse mérito, porém, será mais bem trabalhado em seus aspectos legais na próxima parte do presente trabalho.

Seguiremos agora para uma compreensão da vítima e do criminoso, traçando brevemente um perfil para essas partes na continuação do entendimento do crime.

2.1 O CRIMINOSO E A VÍTIMA

Como já brevemente destacado, o âmbito social contemporâneo ainda se apresenta de forma desfavorável às mulheres. Sexualidade ainda é tabu entre esse grupo. A luta pela liberdade sexual feminina vem sendo travada há séculos, e mesmo colhendo diversos frutos, ainda há um longo percurso.

A pornografia de vingança ratifica todo o exposto, 90% das vítimas são mulheres e um em cada dez ex-parceiros já ameaçaram a outra pessoa de exposição; 60% prosseguiu com

a ameaça⁶. Não se busca aqui desconsiderar a vítima do sexo masculino, entretanto, via de regra, a mulher vítima sofre danos muito mais gravosos, emocionalmente e socialmente; entende-se que:

“(...) (a) mulher é simbolicamente punida, lembrada de que nas mãos masculinas reside o poder de decisão sobre o corpo feminino: poder de dispor do corpo da mulher, senão para seu próprio prazer, mas para dar prazer (não consentido) a outros olhares masculinos.”⁷

A mulher é julgada por usar da sua liberdade sexual e culpabilizada por isso. A corriqueira ‘ela não deveria ter se deixado filmar’ pode ser interpretada de forma a atestar essa acusação, mesmo que assim não se configure o intuito do locutor. Corriqueiramente a sociedade esquece que o erro reside na divulgação ilícita e não na vivência sexual.

“Para que as mulheres se antecipem ao risco da divulgação criminosa, em alguns contextos, são feitas sugestões que, embora não condenem o exercício da sexualidade feminina, orientam mulheres a manterem o sexo na esfera da intimidade, enfatizando certas moralidades restritivas e perpetuando práticas de culpabilização e julgamento moral da vítima. O corriqueiro conselho “melhor não fazer” traz implícitas convenções de gênero e sexualidade que associam o desejo e comportamento sexual masculino à predação, ao passo que às mulheres caberiam freios, precaução e controle”⁸

Caso responsável por popularizar midiaticamente a conduta foi o da jornalista Rose Lionel em 2005. Criadora do site *Marias da internet*⁹, em diversas entrevistas a época retratou o preciso caos gerado na vítima de pornografia de vingança. Com telefones, endereço, local de trabalho e outros dados divulgados, comportamento comum nesses casos, recebia diversas ligações a considerando Garota de Programa, seus filhos sofreram *bullying* nas diversas

⁶ Revenge Porn em números. Portal administradores - Eber Freitas e Agatha Justino. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/infograficos/tecnologia/revange-porn-em-numeros/26/>> Acesso em 08 de abril de 2016.

⁷ BUZZI, Vitória de Macedo. Pornografia de vingança: Contexto histórico-social e abordagem no Direito Brasileiro. 2015. 110 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Centro de Ciências jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. P. 44

⁸ ALMEIDA, Beatriz Accioly Lins de. Caiu na rede é crime: Controvérsias sobre a “pornografia de vingança” IV Enadir USP, 2015, São Paulo. Disponível em: <www.enadir2015.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q...> Acesso em 05 de abril de 2016. P 12 E 13

⁹ O site <www.mariasdainternet.org> encontra-se atualmente indisponível.

escolas que passaram, perdeu o emprego, além de ter enfrentado uma batalha judicial contra seu ex-parceiro; batalha essa comum, como será explanada mais adiante.

Assim, não é difícil afirmar diversas sequelas causadas pela conduta; psicológicas e econômicas, bem como o fácil alcance do objetivo do ofensor, quase impossível de remediar.

3 A LEGISLAÇÃO PENAL E A VÍTIMA: AUSÊNCIA DE TIPO PENAL E AÇÃO PENAL PRIVADA: VÍTIMA COMO PARTE

A pornografia de vingança, apesar de ser crime e atingir suas vítimas de forma dura e muitas vezes permanente, não possui uma lei específica para regulá-la e definir suas características, de forma que se possa imputar uma punição mais adequada ao indivíduo que cometeu tal ato. Apesar dessa falta de legislação específica, em alguns casos, a Justiça tem dado decisões favoráveis às vítimas desse crime. Assim, devido a toda essa situação, a pessoa que pretende levar a pornografia de vingança à esfera judicial deve estar ciente que enfrentará obstáculos e que todo o percurso a seguir será bastante difícil e longo, mas ainda assim, essencial para que o culpado possa ser identificado e receber a devida punição.

Atualmente, no Brasil, a pornografia de vingança é tratada como crime contra a honra e, por isso, acaba muitas vezes resultando em penas como indenizações ou substitutivas. Por um lado, há quem defenda que essa punição deveria ser mais severa para aqueles que cometem crimes na internet. Por outro, é também defendido que além das penas convencionais, acrescentassem punições alternativas, como medidas socioeducativas; já que tais indivíduos, em geral, não são pessoas que apresentem perigo a sociedade e que precisem ter sua liberdade privada.

Por não existir uma lei específica para regular tal crime, são usadas outras leis que procuram punir quem divulgou as imagens. Geralmente, como já supracitado, a pornografia de vingança é encaixada nos crimes contra a honra, previstos no Código Penal, os quais punem quem atribuir a outrem fato ofensivo, chegando a (três) anos de detenção. Assim, considerando a quantia da pena cominada em concreto e preenchendo os demais requisitos previstos também nesse Código, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos.

Há também a possibilidade da aplicação da suspensão do processo (*sursis processual*), o qual permite que o Ministério Público ofereça a suspensão do processo ao acusado no momento do oferecimento da denúncia por 2 a 4 anos, caso esteja presente certas

condições, tais como, a pena cominada for igual ou menor a um ano, o acusado não esteja sendo processado ou não possua condenação por outro crime além daquelas necessárias para autorizar a suspensão condicional da pena (sursis da pena), previstas no artigo 77º do Código Penal.

É possível também que se exista algum vínculo afetivo entre o agressor e a vítima, use-se a Lei Maria da Penha, pois nela também é tipificada a violência moral e psicológica, além de apresentar vantagens, já que pode estabelecer medidas protetivas, como por exemplo, impedir que o agressor se aproxime da vítima.

Há também a Lei Carolina Dieckmann, a qual é usada quando as imagens publicadas são obtidas por meio de uma invasão a algum dispositivo informático sem que o titular autorize. É possível também enquadrar no crime de ameaça, presente no Código Penal, quando o agressor, em posse de imagens e vídeos íntimos da vítima, ameaça publicá-los. Quando a vítima é menor de idade na época em que as fotos ou vídeos foram feitos, usa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual no artigo 241º diz “Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:”, sendo a punição de 4 a 8 anos de reclusão e multa. Outras condutas envolvendo crianças e adolescentes, como “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio” ou “adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio” imagens ou vídeos de sexo explícito envolvendo menor de idade, são tipificadas nos desdobramentos desse artigo.

Há ainda o recente Marco Civil da Internet, o qual não se destina a quem publicou as imagens, mas aos servidores, regulamentando suas obrigações. Segundo ele, as imagens publicadas devem ser retiradas do ar pelas empresas imediatamente quando a vítima solicitar e os registros de conexão do usuário devem ser armazenados. Esta determinação pode auxiliar na identificação do autor de tais publicações.

Hodiernamente, os crimes contra a honra em geral são tratados com ação penal privada. Assim sendo, por ainda se enquadrar na categoria de crimes contra a honra, é cabível na pornografia de vingança esse tipo de ação penal, na qual só se procede mediante a queixa feita pelo ofendido contra o acusado. Nessa classificação de ação, este é chamado de querelado e aquele de querelante.

A ação penal privada é usada nessa situação, pois, apesar da ação penal pública ser a regra geral, nos casos dos crimes contra a honra, e mais especificamente o tratado nesse paper, a pornografia de vingança; o interesse da vítima é superior ao da coletividade e, por

isso, permite-se que o ofendido decida qual será a melhor opção para si, ou seja, se a ação vai causar um sofrimento maior do que a impunidade por falta dela. Sendo assim, só é possível que se inicie o processo se a própria vítima apresentar a petição inicial, ou seja, realizar a queixa.

Um dos primeiros casos que a pornografia de vingança foi levada a Justiça e se obteve sentença favorável à vítima foi em 2010, quando a jornalista Rose Leonel conseguiu a condenação do seu ex-namorado, o qual, após o fim do relacionamento, espalhou fotos íntimas dela na internet. Apesar de ter conseguido uma condenação, o processo ainda corre na Justiça. Os danos que isso causou em sua vida ainda não foram totalmente reparados, já que esses crimes atingem não só a vida pessoal da vítima, mas também as esferas profissional e social, por exemplo. Além disso, é extremamente difícil retirar as imagens de forma definitiva da internet, o que gera uma preocupação constante à vítima.

A vítima desse crime digital, geralmente uma mulher, é hostilizada em seu seio social, profissional além do sofrimento emocional por todo o resto da sua vida. Quando não se chega a consequências extremas, como quando a vítima não aguenta toda a pressão e humilhação e se suicida, ela vai precisar de muito suporte psicológico, jurídico e em todos os outros âmbitos para lidar com a situação e tentar amenizar as consequências em sua vida. Contudo, é uma luta constante, pois com a hostilização social e a impossibilidade de retirar todo o conteúdo da internet, a pornografia de vingança pode ser vista como um crime que se perpetua e causa danos irreparáveis à vítima.

3.1 PROPOSTAS DE TIPIFICAÇÃO: O QUE ALTERA PARA A VÍTIMA

Apesar de não haver uma tipificação específica sobre a pornografia de vingança, tramitam, hoje no Congresso, projetos de lei nesse sentido. Um deles, proposto pelo deputado João Arruda, é o **Projeto de Lei 5555/2013**, o qual propõe uma mudança na Lei Maria da Penha para que esta também combata esse crime. Essa proposta é conhecida como “Maria da Penha Virtual” e, segundo ela, a divulgação de conteúdo erótico ou de qualquer informação pessoal do parceiro sem o consentimento deste seria uma violação ao direito à intimidade e, por isso, considerada uma violência doméstica, que, segundo essa lei, é sujeita a punição inafiançável. De acordo com o autor desse projeto, é necessária a mudança proposta, pois, da forma que a pornografia de vingança vem sendo tratada, a punição ao criminoso é mais leve do que o dano grave que tal atitude provoca à vítima. É importante salientar que, segundo essa

visão, o crime da pornografia de vingança é visto como crime de gênero, ou seja, a conduta delitiva é baseada no gênero, do homem contra a mulher.

Uma crítica que se faz a esse projeto é que, por não haver nem ao menos pena para os culpados, ele se torna desnecessário, visto que a própria Lei Maria da Penha já abrange ou pode abranger esses atos de violência psicológica. Assim, seria somente mais uma lei que na prática não solucionaria o problema. Contudo, Arruda defende que o projeto não só pune mais severamente os culpados, como também estabelece a esse crime uma tipificação penal. Além disso, esse projeto tornaria obrigatória a retirada do material alvo da pornografia de vingança do ar em até 24 horas. É necessário ressaltar que mesmo com essa retirada, o conteúdo não desapareceria para sempre, podendo ser postado novamente depois ou até mesmo em servidores de outros países.

Outra proposta que pretende legislar sobre o tema é o projeto de Lei 6630 de 2013, de autoria do deputado Romário. O projeto propõe o acréscimo de um artigo no Código Penal para tipificar "a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima"¹⁰. De acordo com essa proposta, o acusado, além de ter a possibilidade de pegar três anos de prisão, terá que indenizar a vítima por todas as despesas que ela teve por consequência da divulgação de seu conteúdo íntimo, sejam essas despesas por mudança de domicílio, tratamentos médicos, a perda de emprego ou mudança de instituição de ensino. Outro ponto desse projeto é que caso essa divulgação seja realizada por um cônjuge, noivo, companheiro, namorado ou até por alguém com que a vítima mantinha um relacionamento amoroso, a pena sofreria um aumento de metade.

Ainda de acordo com o PL 6630/2013, se a conduta criminosa fosse cometida pela internet, deverá também ser aplicada ao acusado pena impeditiva de acesso a serviços de e-mails ou qualquer outro meio de mensagem eletrônica, bem como também a redes sociais, em um prazo de até dois anos, variando conforme a gravidade da conduta realizada. Um ponto a ser ressaltado nesse projeto é que ele, ao contrário do projeto de Lei 5555/2013, não trata a pornografia de vingança como um crime de gênero, o que permite que a vítima possa ser tanto homem como mulher.

CONCLUSÃO

¹⁰ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=598038>

BRASIL. Decreto n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de abril de 2014.

BRASIL. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 9099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro de 1995.

BURÉGIO, Fátima. **Pornografia da Vingança. Você sabe o que é isto?**. Jusbrasil. Recife, 2015. Disponível em: < <http://ftimaburegio.jusbrasil.com.br/artigos/178802845/pornografia-da-vinganca-voce-sabe-o-que-e-isto> > Acesso em 05 de abril de 2016

BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança: Contexto histórico-social e abordagem no Direito Brasileiro**. 2015. 110 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Centro de Ciências jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DOMINGUEZ, Diego Sígoli. **Revenge porn e a tutela constitucional da privacidade a luz do Marco Civil da Internet**. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <http://diegosigoli.jusbrasil.com.br/artigos/264693317/revenge-porn-e-a-tutela-constitucional-da-privacidade-a-luz-do-marco-civil-da-internet?ref=topic_feed> Acesso em 05 de abril de 2016.

LAZARI, Joana Sueli de. **Inferioridade Feminina: o (des)enredo da violência**. Revista de Ciências Humanas, vol. 7

Parental Control Advice. **Porn makes up 37 of the internet.** Disponível em: <<http://www.optenetpc.com/blog/parental-control-software/porn-makes-up-37-of-the-internet/>> Acesso em 04 de abril de 2016

Portal administradores. **Revenge Porn em números.** Eber Freitas e Agatha Justino. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/infograficos/tecnologia/revenge-porn-em-numeros/26/>> Acesso em 08 de abril de 2016.

VARELLA, GABRIELA. **“O que difere a pornografia de vingança dos outros crimes é a continuidade”.** [Editorial]. Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/o-que-difere-pornografia-de-vinganca-dos-outros-crimes-e-continuidade.html>>. Acesso em: 20 de abr de 2016.